

A FÓRMULA DO CAPITAL ESCRAVISTA-MERCANTIL

Iraci del Nero da Costa
Julio Manuel Pires

Resumo

Estas notas complementam o artigo intitulado "Considerações sobre o capital escravista-mercantil" (Cf. *Estudos Econômicos*, v. 24, n. 1, p. 129-143, jan./abr. 1994), no qual propusemos e explicitamos esta específica forma de existência do capital. Trata-se, agora, de expor sua fórmula, definir os elementos componentes desta última, descrever seu desenvolvimento segundo estágios e evidenciar o encadeamento dos mesmos.

Palavras-chave

escravismo, capital, Brasil-Colônia, História Econômica, História do Brasil

Abstract

This paper supplements the article intitled "Considerações sobre o capital escravista-mercantil" (Cf. *Estudos Econômicos*, v. 24, n. 1, p. 129-143, jan./abr. 1994), in which the existence of a specific form of capital is proposed and explained. The purpose now is to present its formula, define its constituent elements, describe its development in stages and show how the stages are linked to each other.

Key words

slavery, capital, Colonial Brazil, Economic History; Brazilian History

Os autores são professores da FEA-USP.

Como já tivemos oportunidade de consignar em outros trabalhos, embora não perfilhemos a idéia de que tenha existido um modo de produção escravista colonial (Cf. COSTA, 1985 e PIRES & COSTA, 1994), concordamos, em larga medida, com as percucientes análises de Gorender concernentes ao escravismo colonial (Cf. GORENDER, 1978). Destarte, sem comprometê-lo com nossas proposições, servimo-nos, neste artigo, em larga escala, de suas conclusões, parte das quais, a nosso ver, podem ser referidas à forma de capital por nós denominada escravista-mercantil.⁽¹⁾

Diga-se, ademais, ainda no âmbito destas considerações preliminares, que não nos escapam os elementos de economia natural próprios do escravismo, os quais, não obstante, não serão considerados aqui; isto porque centrar-nos-emos na fórmula do capital escravista-mercantil em seus termos estritamente lógicos. Daí decorre, também, que não contemplaremos os assalariados, igualmente presentes nos quadros do escravismo moderno, bem como as pessoas livres que, por via de regra na condição de agregados, mediata ou imediatamente, vinculavam-se às atividades econômicas desenvolvidas pelos escravistas. Assim operando, esperamos poder estabelecer, em termos abstratos evidentemente, a fórmula própria do capital escravista-mercantil.

Contemplada em termos os mais simples e abstratos possíveis, vale dizer, caso consideremos tão-somente os desembolsos pecuniários efetivamente incorridos pelo escravista na compra, à vista, de cativos e de mercadorias — compreendidos aqui meios de produção e bens para consumo destinados à manutenção da escravaria — a serem utilizados, excludentemente, na produção de bens destinados à comercialização, a representação do capital escravista-mercantil deve obedecer as seguintes condições:

$$D < \begin{matrix} D2 \\ D1 - M < \begin{matrix} Me \\ Mp \end{matrix} P \quad M' - D' \end{matrix}$$

Onde:

D = capital-dinheiro.

D1 = gastos na compra de mercadorias.

(1) A explicitação desta forma de capital acha-se em PIRES & COSTA, 1994.

D_2 = gastos de aquisição do plantel. ⁽²⁾

M = capital-mercadorias.

M_e = mercadorias destinadas ao sustento da escravaria. ⁽³⁾

M_p = meios de produção.

P = capital produtivo.

M' = capital-mercadorias, em termos concretos: mercadorias resultantes do processo produtivo.

D' = capital-dinheiro valorizado, ou seja: resultado da realização do preço de M'

Sendo:

$$M = M_e + M_p$$

$$D = D_1 + D_2$$

$$D' = D_1 + d$$

$$d = D_2 + L \quad \text{onde: } d = \text{mais-valia.}$$

$$L = \text{lucro do escravista, líquido do gasto de aquisição do plantel.} \quad (4)$$

(2) "Embora 'empatada' como capital-dinheiro, a inversão inicial de compra do escravo não se encarna em nenhum elemento concreto do fundo produtivo do escravista. Dito em outras palavras, a inversão inicial de compra do escravo não funciona como capital. No processo real da produção escravista, esta inversão se converte em não-capital. Seria incorreto afirmar que ela é imobilizada, pois assim a incluiríamos no capital fixo. O correto é concluir que o capital-dinheiro aplicado na compra do escravo se transforma em capital-esterilizado, em capital que não concorre para a produção e deixa de ser capital." (grifos de GORENDER, 1978, p. 188).

(3) "O escravo recebe em espécie os meios de subsistência necessários para a sua manutenção e essa forma natural dos mesmos encontra-se fixada, tanto pela sua qualidade como pelo seu volume, em valores de uso. O trabalhador livre recebe-os sob a forma do dinheiro, do valor de troca; da forma social abstracta da riqueza. Embora o salário não seja, de facto, mais do que a forma áurea, ou "argentada" ou cúprica ou de papel adoptado pelos meios de subsistência, em que tem incessantemente que resolver-se — e o dinheiro opera aqui unicamente como forma evanescente do valor de troca, como simples meio de circulação —, na imaginação (do operário) o objectivo e o resultado do seu trabalho continuam a ser, contudo a riqueza abstracta, o valor de troca, não um valor de uso determinado, tradicional e localmente limitado." (grifos de MARX, 1975, p. 87).

... a fim de ser produtiva, a força de trabalho do escravo terá de ser usada. O trabalho constitui o processo vivo de uso da força de trabalho. A compra do escravo simplesmente o colocou à disposição do dono sem ainda dar a este o uso produtivo da força de trabalho. A fim de usá-la, o plantador não poderá limitar-se ao dispêndio feito no ato da compra, mas terá de levar a efeito um novo dispêndio: o do sustento do escravo. Este precisará receber, dia a dia, alimentos, vestuário, abrigo, tempo de repouso, remédios nas eventualidades de doenças, etc." (grifos de GORENDER, 1978, p. 174). "O gasto com o sustento diário do escravo — distinto do seu preço de compra — é que poderia ser identificado com o capital variável... se permanecermos obstinados na tese de que o escravismo colonial constitui uma espécie de capitalismo." (GORENDER, 1978, p. 188). Como já fizemos notar, não consideramos o escravismo colonial uma "espécie de capitalismo", mas, sim, entendemos que no quadro do mesmo dava-se a existência de uma forma de capital: o capital escravista-mercantil.

Donde:

$$D' = D1 + D2 + L$$

Visto em termos de seus estágios, o processo cíclico do capital escravista-mercantil não difere do apresentado por Marx para o capital industrial. ⁽⁵⁾ Também em nosso caso podemos verificar a existência de três estágios bem definidos pelos quais passa o capital escravista-mercantil.

No primeiro estágio:

$$D < \begin{matrix} D2 \\ D1 \end{matrix} - M < \begin{matrix} Me \\ Mp \end{matrix}$$

o escravista surge como comprador de mercadorias destinadas ao processo produtivo. Nesse momento definem-se marcantes dissimilaridades relativamente ao capital industrial, as quais decorrem da especificidade do escravismo no que tange ao aliciamento da mão-de-obra.

O escravista, para dar início à produção e reproduzi-la nos períodos subseqüentes, obriga-se a destinar parcela do capital inicial (D) para a aquisição do plantel. Esta fração, representada por D2, indica o custo incorrido pelo escravista para ter à sua disposição a mão-de-obra de que carece. Para tanto, ele terá de servir-se do mercado de escravos. Os negros apresados no continente africano e trazidos para a América ou os escravos já residentes na colônia e postos à venda por seus proprietários constituirão o lado da oferta. O assentamento da relação de escravidão tem como pressuposto básico a constituição de tal mercado, pois a simples necessidade deste tipo de trabalhador, ainda que conjugada com a disponibilidade de recursos, mostrar-se-ia insuficiente para consubstanciar tal relação de sujeição em bases estáveis

(4) "Por conseguinte, cabe-nos concluir também que a inversão inicial de compra do escravo somente pode ser recuperada pelo escravista à custa do sobretabalho do escravo, do seu produto excedente. Ele constitui um desconto inevitável da renda ou do que se chamaria de lucro escravista. Do ponto de vista contábil, não faz diferença que seja considerada parcela do custo de produção ou dedução obrigatória do lucro, à semelhança de um imposto. Do ponto de vista da teoria econômica, a única solução correta consiste em incluí-la no produto excedente e considerar a renda efetiva do escravista reduzida na proporção da amortização do investimento feito na aquisição do plantel de escravos." (grifos de GORENDER, 1978, p. 188-9).

(5) Cf. MARX, 1964, Livro II, cap. I.

e na amplitude necessária. Uma vez comprado, o escravo pode passar a constituir "parte integrante do capital produtivo de seu comprador" da mesma forma que a força de trabalho vendida ao capitalista pelo assalariado.

A parte restante do capital (D1) destinar-se-á à compra e/ou manutenção dos equipamentos e instalações imprescindíveis à produção (Mp) e aos dispêndios com habitação, vestuário e alimentação necessários para manter vivos e produtivos os escravos (Me). Aqui, ao invés de um pagamento monetário como ocorre no caso do assalariado, o escravista encarrega-se, ele mesmo, de prover as mercadorias destinadas ao sustento do trabalhador. A origem destes bens pode ser a oferta externa, européia sobretudo, ou mesmo a produção realizada no âmbito da colônia ou da própria unidade produtiva local.

No segundo estágio, o proprietário de escravos combina os elementos adquiridos no primeiro; mediante o consumo produtivo dos mesmos, gera-se um *quantum* de produto com valor superior ao do início do processo. Neste estágio produtivo — no qual aqueles elementos encontram-se "no estado ou na forma de capital produtivo" — cria-se valor suficiente para a reposição dos gastos com a depreciação dos meios de produção e com o sustento dos escravos e, ademais, gera-se a mais-valia.

A mais-valia gerada no processo produtivo do capital escravista-mercantil (d) deve ser capaz, portanto, de proporcionar, não só o lucro líquido do escravista, mas, também, o montante de capital necessário para aquisição/reposição dos escravos (D2). Vale dizer, como Gorender, tratamos o dispêndio com a aquisição do plantel como uma dedução da mais-valia total.

Todavia, sem a realização das mercadorias, isto é, sem o terceiro estágio (M' — D'), não poderia dar-se o prosseguimento do processo produtivo. Faz-se mister, portanto, que o capital-mercadoria assuma a forma de capital-dinheiro ao final do processo para poder ingressar novamente no ciclo de valorização. Apenas como capital-monetário o capital assume a forma de "meio geral de compra e meio geral de pagamento", tornando-se capaz de agenciar elementos para o ciclo produtivo subsequente.

Referências Bibliográficas

- COSTA, Iraci del Nero da. *Nota sobre a não existência de modos de produção coloniais*. São Paulo: FEA-USP/IPE-USP, 1985, 4 p. , mimeo.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978, (Ensaio, 29).
- MARX, Carlos. *El Capital: crítica de la Economía Política*. México-Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, Livro II, 1964.
- MARX, Karl. *Capítulo inédito d'O Capital: resultados do processo de produção imediato*. Porto: Publicações Escorpião, 1975, (Biblioteca Ciência e Sociedade, 12).
- PIRES, Julio Manuel & COSTA, Iraci del Nero da. Considerações sobre o capital escravista-mercantil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE-USP, v. 24, n. 1, p. 129-143, jan./abr. 1994.